

CONSTRUINDO A CIDADANIA?*

Francisco das Chagas Souza **

Resumo

Trata-se de uma reflexão sobre o significado da discussão do tema cidadania pela categoria bibliotecária, notadamente, face aos aspectos políticos e sociais envolvidos, que exigiriam a abordagem de outras variáveis, por exemplo, a própria cidadania do bibliotecário, no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Alejandro Piscitelli (1), Secretário Executivo do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), nas discussões que levem em conta a superação da dependência por que passam os países subdesenvolvidos, deverá ser considerado com muita profundidade o que chama de paradigma tecnológico. Este paradigma informa a constatação de que as tecnologias fundamentais, no processo de mudança em curso, em todo o mundo, são centradas na geração e tratamento da informação.

Entretanto, para um país inserir-se nos limites dessa concepção paradigmática ele terá, provavelmente, de investir muito mais em educação, de modo a elevar as possibilidades de participação de sua população nessa nova forma de produção e compartilhamento da riqueza mundial. O grande problema, quando falamos do Brasil, tem sido, sempre, a alegada falência permanente do Estado como impedimento para se fazer os investimentos no setor educacional, de modo a produzir um alargamento dos contingentes de cidadãos dentre sua população. Quer isso dizer o quê? Interpretando Daniel Ncaut (2), podemos dizer que o Brasil tem uma população, ou um povo [na verdade são diversos povos, se aí incluímos as nações indígenas, por exemplo, e uma sociedade civil, isto é, grupos de interesses definidos, constituídos por intelectuais, proprietários, agrupamentos corporativos profissionais etc, com essa sociedade civil pretendendo falar em nome do povo, pretendendo substituir o pensamento de todo o povo, definindo o projeto de Nação, definindo o projeto de Estado, ou, por fim, estatuindo uma cidadania.

Porém, parece que da cidadania estatuída por quem detém o poder, a partir dos ideais intelectuais, à cidadania usufruída pelos segmentos que se situam fora daqueles grupos de interesses que negociam dentro da sociedade civil, vai uma distância que poderia ser medida por anos luz, quando consideramos a realidade concreta do Brasil. Por quê? Em primeiro lugar, a tradição político-social brasileira tem sido de exclusão sistemática dos povos, de qualquer tomada de decisão. E mesmo em decisões políticas fundamentais, até certas parcelas dos que se autodenominam cidadãos, porque detêm certos instrumentos da cidadania [educação, trabalho formal etc], são fraudadas pelo apelo da cidadania. Um exemplo concreto parece ser a eleição presidencial de 1889, em que o voto de larga parcela da população sem a posse de certos instrumentos da cidadania, anulou, em números absolutos, a escolha dos autodenominados cidadãos. Na verdade, verificou-se mais uma vez, que os povos brasileiros nada decidiram naquela oportunidade e, os que se considerara cidadãos juntamente com aqueles que eles dizem que não o são [a partir de critérios, tidos como objetivos], consumaram uma escolha já previamente acertada por meia dúzia de "conselheiros" dos destinos do país. Em segundo

*Apresentado na Seção Técnica do 17º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Congresso Latino- Americano de Biblioteconomia e Documentação, sob a forma de poster, em 14 de abril de 1994, na cidade de Belo Horizonte, MG

** Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação do Centro de Ciências da Educação da UFSC

lugar, historicamente, a forma de exclusão dos povos brasileiros tem sido o fornecimento de pouca educação emancipadora, de educação que constrói o indivíduo crítico. E para construir o indivíduo crítico não é necessário que a escola seja uma escola que não aceita regras. Mas uma escola que tem o domínio e a competência para repassar as regras fundamentais, condizentes, com a formação e o desenvolvimento do pensamento. Um modelo que poderia levar a isto seria aquele em que o indivíduo se possaria dos recursos formais de desenvolvimento intelectual: bons textos, não no sentido moral, mas no sentido de que conduzem à abertura e ampliação da capacidade de raciocínio. Segundo Renato Lessa (3), bons textos seriam aqueles que, em seu conjunto, produzem um indivíduo com autonomia de pensamento. Pois parece que crítica se faz de um lugar definido, não definitivo, do saber. E um lugar definido do saber parece que se constrói a partir de certos parâmetros encontráveis nos escritos clássicos, à medida que estes suportam o sentido de profundidade da cultura e do pensamento ocidentais. Embora, aqui, surja uma questão séria relacionada ao fato de nós, brasileiros, querermos ou não ser ocidentais, ou de sermos ou não ocidentais, toda a influência cultural e científica recebida pela parcela maior dos povos brasileiros tem sido essa. Em terceiro lugar, somos um país cujos povos estão sob a dominação capitalista internacional, desde a origem da colonização, o que significa dizer que não temos muito espaço socio-econômico-político para criar uma civilização brasileira autóctone. Poderemos criar uma civilização brasileira condicionada às nossas relações político-econômicas internacionais e, em várias questões, considerando fundamental a parceria [o que é diferente de dizer submissão], com outros povos, ou com outras nações. Nesse sentido, a nossa cidadania não será muito viável se discutida sem considerar alguns desses condicionantes.

Então, cabe-nos, em primeiro lugar, tomar atitudes fundamentais para resolver esses pontos. A primeira atitude é a de incluímo-nos nas tomadas de decisão fundamentais para o país; a segunda, é a de construirmos uma educação que forme o indivíduo capaz de ser crítico; e a terceira, é a de tornarmos-nos parceiros das demais nações capitalistas, aproximando-nos, cada vez mais, das condições de tomar decisões conjuntas, visando ao mútuo benefício.

Se concordarmos com essa forma de encaminhamento da discussão, parece que caberia debater condições concretas de enfrentamento da realidade. Um primeiro ponto, que transparece, é o de que algum segmento deveria denunciar o distanciamento que os intelectuais têm provocado em relação às demais parcelas da população. Qual seria esse segmento denunciante? Certamente, não seria o segmento proprietário. Provavelmente, não seria o segmento dos profissionais tradicionais.

Difícilmente, sena o segmento dos profissionais técnicos, como os bibliotecários. O que parece é que ficam como gestores dessa denúncia os demais povos, pois, visivelmente, a sociedade civil estaria excluída. Nesse sentido, todos os demais segmentos menores, e parece que também os bibliotecários, uma categoria dos intelectuais, também estariam excluídos enquanto denunciadores. Assim, parece, a segunda atitude viria a reforçar a prática já hoje existente, com um resultado concreto que seria, possivelmente, o de melhorar a qualidade da educação para os mesmos hoje seus beneficiados, ou seja, os componentes dos grupos de interesse majoritários na sociedade civil. Desse ponto de observação, o que teríamos seria que a contribuição dos bibliotecários, por exemplo, poderia dar-se no sentido de tornarem-se mais eficazes na aplicação da tecnologia nova de comunicação e informática, oferecendo maior retorno para os investimentos de uma educação de elite. E a terceira atitude é a mesma que os intelectuais que idealizaram o Brasil de hoje buscam desde os anos vinte, ou seja, transformar a nossa dependência financeira e política internacional em parceria. Essa era a atitude de Mário de Andrade (4), grande incentivador da importação do modelo

norte-americano de ensino de biblioteconomia para o Brasil, quando dizia, em 1942, que "Não nos custa a nós, Americanos, aceitar religiões, filosofias, e mesmo importar civilizações aparentemente completas". E sua viva noção do sentido dessa frase, fê-lo afirmar em seguida. "o que não nos é possível importar é a precedência orgânica dessa Fé, dessa Lei e desse Rei; nascidos de outras experiências", pois estava evidente que o seu pensamento representava uma construção em dois planos justapostos. No plano político, concebia que as elites, destinatárias do discurso, não gostariam de abrir mão de seu poder decisório sobre o importar e decidir quais os acordos que deveria aceitar. No plano técnico operacional, de intervenção instrumental, concebia que as elites estariam dispostas a importar conhecimentos técnicos aparentemente consolidados ("civilizações aparentemente completas"), pois estas seriam materialmente necessárias para o Estado e para a nação que idealizavam. Esta atitude de busca da parceria, como fuga da dependência, não parece distante da formulação de Alejandro Piscitelli (1), e também não parece diferente da temática deste Conclave. Assim, parece evidente que o conceito de cidadania que deveremos discutir não é aquele mais universal envolvendo todos os homens/mulheres/crianças do Brasil de hoje e os do Brasil do futuro, senão o conceito que passa no imaginário das elites brasileiras, aqui consideradas como os grupos de interesses que gravitam em torno do conceito de sociedade civil, e dos quais, conscientemente ou não, os bibliotecários fazem parte.

Mas o que intriga na formulação do título do Subtema Direito à informação e à leitura. construção da cidadania, é justamente a pouca clareza que incorpora as noções de informação e de leitura, se elas não estão relacionadas ao factual ou concreto. Quer dizer, se direito também é uma noção relativa, que resulta da interpretação dos fenômenos da cultura, não é apenas o direito à informação e à leitura que levariam à construção da cidadania [outra noção também relativa], como pudemos pressentir da discussão acima, mas o seu uso, ou, provavelmente, o uso que se dá à informação e à leitura, é que provocará a construção da cidadania.

Agreguemos a esta discussão outra formulação verbal. "São direitos sociais (dos brasileiros) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (Art. 6º, Constituição Federal do Brasil, 1988). Queremos aduzir que, dizer que são direitos e quais os direitos, cai no vazio quando os construtores dos discursos representam-se a si, e são a parcela que se autodenomina cidadã. Quer dizer, a cidadania não se faz pelas declarações bem intencionadas, ou pelas formulações legais, senão pela transformação de todos os povos em indivíduos conscientes de que possuem os direitos afirmados porque são co-autores desses discursos e co-proprietários dos benefícios gerados por estes direitos.

Um conclave de bibliotecários discutir a "Construção da cidadania", como decorrente do direito à informação e à leitura, não deixa de ser uma contribuição, embora nula, se não for transformada pela ação diária de convencimento dos outros segmentos intelectuais, sobre a necessidade de transformar a realidade concreta, passando do discurso, da formulação legal, para a ação. Porém, esperar por isso seria esperar muito além das possibilidades de que dispõe a categoria bibliotecária. Pois isso, representaria confrontar-se com parte das categorias intelectuais estabelecidas.

Representaria provocar as elites a uma mudança do seu discurso e da sua prática o que, provavelmente, não tolerariam com facilidade. Pois tolerar essa intervenção e mudar o discurso e a prática representaria, também, aceitar, como necessária, a mudança da priorização de investimentos, dando maior relevância a investimentos sociais. Por exemplo, enunciar o direito à informação e à leitura nada custa, porém colocar livros, ou materiais em formatos mais tecnologizados, com densidade de conteúdo para formar

leitores e cidadãos críticos, hoje e no futuro, em mais de 100.000 escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, atualmente carentes de bibliotecas ou de bibliotecas melhores, implica custos financeiros e reflexos econômicos que ultrapassam as fronteiras do país. Criar mais bibliotecas para servir às diferentes comunidades, vilas, cidades, hospitais, prisões, etc, onde estão parte dos povos brasileiros, requer mais ações do que conchaves como estes produzem.

Aliás, o fenômeno que se expressa na utilização desses Encontros para as categorias profissionais fazerem suas declarações de boas intenções e expressarem suas idéias de salvação da pátria, não pertence apenas aos bibliotecários, senão à maioria daqueles que lidam com atividades cujo resultado é de cunho social (5). E como isso não consola, deve ao menos sugerir aos bibliotecários que não imaginem poder apenas com discursos e debates, resolver os problemas brasileiros. Se a intenção, de outro lado, é fazer supor que os bibliotecários estão discutindo questões relevantes, ainda assim é difícil ver em que sentido. Pois se colocarmos o relevante como o politicamente denso, como o que vai produzir efeitos para os povos brasileiros, ou mesmo para a sociedade civil, estaremos discutindo, mais uma vez, como sempre, entre nós mesmos.

Provavelmente, a discussão desta temática só teria algum proveito social e justificaria os investimentos públicos ou pessoais com o aluguel de espaços físicos, deslocamento de conferencistas e mesmo dos componentes da platéia, se fosse encarada como parte temática de um fórum maior que reunisse outros segmentos intelectuais para discutir um projeto com o objetivo de quebrar as suas próprias resistências à inserção de uma parte cada vez maior, e em prazo mais curto, dos povos brasileiros, nos espaços novos a serem criados na sociedade civil. Se existir este fórum mais amplo, muito bem. Se não, se o que se está fazendo é o de sempre, ou seja, após as discussões cada um retorna para os seus setores e vai continuar a sua rotina (6), então estamos mais uma vez desperdiçando recursos que poderiam muito bem ser canalizados para os próprios serviços bibliotecários.

Isto não quer dizer que devamos ser contrários à discussão. Mas discussão sem fundamento no real, ou discussão que exclui o real, embora falando do real, discussão que diz que quer transformar o real, apenas como manifestação de aparente compromisso, não cabe mais no quadro de miséria que temos no País.

"Construir a cidadania" pressupõe processo. Processo, neste caso, pressupõe etapas que começam com uma decisão básica de investimento em educação. "Construir a cidadania" pressupõe trabalho cotidiano e diuturno. Significa fazer, e fazer a partir da base. Significa que deve haver um pacto entre os povos brasileiros e com os povos brasileiros. Ser pactuada entre estes uma relação de parceria e não somente de doação paternalista de uns [bonzinhos] para outros [coitados]. Parceria é trabalho conjunto, com decisão conjunta sobre os passos a seguir. Construção supõe trabalho e reflexão sobre as conquistas, não somente uma descrição das conquistas. Construção supõe a historicização e não a mera historiografia. Construção supõe que todos pensam e que todos fazem. Se apenas alguns pensam e muitos fazem isso é dominação/submissão, neste caso, geralmente, a construção só existirá aos olhos dos arquitetos enquanto para os executores o que existirá é a sensação de destruição ou de não construção, ainda que o objeto pensado seja erigido. Assim, expressar a construção da cidadania como o direito à informação e à leitura, parece confirmar mais uma vez um discurso de não construção, que tem sido o discurso recorrente dos bibliotecários. Se nos dermos ao trabalho de verificar as recomendações que temos tirado nos nossos CBBDs (7), uma grande parte centra-se na descrição do que acontece em torno do nosso próprio umbigo.

Talvez a manifestação mais construtiva, com maior densidade interpretativa, tenha sido a do 11º CBBD [Carta da Paraíba], provavelmente pelo fato desse Congresso ter tratado da questão dos menores beneficiários dos resultados do capitalismo, provavelmente pelo fato de se ter dado ao luxo intelectual de contar com contribuições de pensadores

sociais expressivos, provavelmente, porque quis pensar como uma Assembléia de tomadores de decisões sociais. Talvez, por tudo isso, a Carta da Paraíba tenha sido uma das mais bonitas manifestações dos bibliotecários brasileiros. Mesmo assim, qual o resultado que temos como decorrente dela?

Nós, os bibliotecários brasileiros, parece que temos de assumir a consciência de que direito à cidadania é direito também à construção do próprio discurso. E parece que neste sentido carecemos nós, também, de adquirir cidadania. Ao que parece, não temos um discurso de cidadania. Se os nossos CBBDs pudessem ser tomados como expressão do nosso pensamento, seriam dramaticamente denunciadores de uma categoria profissional alienada, alheia da realidade. Uma categoria que se manifesta contra a censura (1º CBBd), pede a censura para publicações infantis (2º CBBd) e solicita licença ao Governo para pensar em criar sindicato profissional (10º CBBd), parece que está longe de já ter consinjido o seu próprio discurso, de ter projetado a sua própria cidadania. Mesmo com todo o direito à informação e à leitura (pois se diz profissional da informação e da biblioteca), o bibliotecário parece não ter sabido ainda construir a sua cidadania. Achar, por achar, que é insubstituível na biblioteca ou nas atividades informacionais, que é urna atitude típica de grande parte da categoria, é uma forma de desconhecer a dinâmica da sociedade. Então, não é apenas o direito à informação e à leitura que deveriam ser discutidos, mas também a prática da leitura e o uso da informação resultante.

No 2º CBBd, esse espírito alienado de defesa dos "Direitos" à leitura e à informação já existia no sentido da reivindicação da instalação de bibliotecas em todos os municípios, da instalação impositiva de bibliotecas em conjuntos habitacionais. E qual o resultado? Parece que se quisermos defender a "Construção da cidadania", teremos de fazer mais que discursar, tirar recomendações em nossos CBBs, enviar correspondências sobre as nossas recomendações e nossas posições para Governos, Ministérios etc, e praticarmos os nossos discursos. Mas isto é difícil de acontecer. E é tão difícil, que nos últimos 56 anos, contados a partir da criação de nossa primeira Associação Bibliotecária - a APB -, e 57 anos, contados a partir da implantação da Escola de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo, de Rubens Borba de Moraes, não produzimos um discurso bibliotecário brasileiro. A quantidade, embora não relevante, de textos que expressam a necessidade de construir-se até mesmo um currículo, ou de textos como o do discurso de Antônio Caetano Dias (8), no 1º CBBd, justificando de forma não tão subliminar que o bibliotecário poderia ser o seu próprio auxiliar, ou como a Resolução nº 7/66 do CFB desconhecendo a formação em Biblioteconomia, no nível de 2º grau, que teve como resposta uma Resolução do CFE (9), aprovada em 1974, reconhecendo a formação do Técnico em Biblioteca, ou a decisão dos bibliotecários paulistas e pernambucanos de suspender qualquer tentativa de discussão da proposta encaminhada pelo CFB, em 1976, sobre o registro de pós-graduados em biblioteconomia, sem formação de graduação em biblioteconomia (10), denotam nossa imaturidade como profissionais. Dessa posição concreta, com que autoridade intelectual, com que poder político, discutiremos o tema em pauta para daí gerarmos alguma coisa que possa ultrapassar o meramente retórico?

Assim, parece que temos de discutir, também, temas como:

- a) a identidade cidadã do bibliotecário
- b) o seu poder de intervenção na sociedade
- c) a identidade profissional do bibliotecário brasileiro
- d) a autonomia de sua profissão dentro da sociedade brasileira e) o que ele pensa como seus compromissos de classe
- f) o que a sociedade civil pensa sobre os compromissos de classe do bibliotecário
- g) o que os diversos povos brasileiros pensam sobre os compromissos que teriam os bibliotecários para com esses povos
- h) a forma como os bibliotecários poderão conhecer os diversos povos brasileiros do

ponto de vista de suas necessidades de construção de uma cidadania brasileira
i) o sentido divergente e errático, não contraditório, com que o bibliotecário brasileiro constrói o seu discurso político expresso nos CBBDs.

Naturalmente, são apenas algumas possíveis questões, pois parece que o bibliotecário brasileiro, para sair do passeio em torno do seu próprio umbigo, precisará discutir questões mais existenciais [os quês e os porquês] de sua profissão. E disso, certamente, poderão resultar benefícios mais reais para a construção da cidadania do que a mera retórica que se expressa nas bem intencionadas manifestações ou defesas de direitos.

Parece também que, sem a discussão de sua autoconstrução cidadã, é um luxo o bibliotecário discutir a cidadania para os outros segmentos, como sempre fez, porém, em sintonia com as classes dominantes e sem compromissos com os demais povos brasileiros. Se, em todo caso, for esta a vocação da categoria, ou se for este o seu destino histórico, também valerá a discussão a fim de que não se alimentem ilusões.

Mas se não for uma coisa nem outra, se não for uma questão de submissão nem de vocação, também será preciso ter-se a clareza, para que as ações conseqüentes possam ser tomadas pelos grupos que, dentro da categoria, acreditam na pluralidade de pontos de vista e entendem que o real concreto tem a possibilidade de ser abordado sob diversos ângulos, pois nenhuma visão total pode sobreviver à necessidade da negociação, do compartilhamento, e de que precisamos romper com os totalitarismos corporativos [negação de cidadania] e com os totalitarismos políticos [também negação de cidadania] porque a informação e a leitura só constroem a cidadania quando respeitam o sentido plural da realidade. Esta, aliás, parece ser a grande lição que o mundo está recebendo desde a queda do muro de Berlim. Embora pareça estranho que a dissolução do Império Soviético esteja trazendo um aparente caos, ela, na verdade, está revelando que os homens eram impedidos de negociar, de exercitar uma cidadania na URSS, desde a instalação do Estado Bolchevique e, principalmente, durante e após o governo de Stalin (11)- Assim, parece que, enquanto os bibliotecários brasileiros não destruírem o stalinismo da corporação bibliotecária, a discussão do direito à informação e à leitura é como a discussão do sentido da liberdade na URSS Stalinista, isto é, a discussão de um imaginário, de uma quimera, mas não a discussão de uma possibilidade, de fato.

CONSTRUCTING CITIZENSHIP?

Abstract

This is a commentary concerning the meaning of the theme of citizenship for Brazilian library professionals.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) PISCITELLI, Alejandro. In: FRANCO, Maria L. P. B., ZIBAS, Dagmar M. L. (org.) **Final do século: desafios à educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1990. Contracapas 1 e 2.
- (2) PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. 335 p.
- (3) LESSA, Renato. O ensino de ciências sociais: uma conjectura pessoal. In: BOMENY, Helena, BIRMAN, Patrícia, (org.) **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, Relume Dumará, 1991.

p. 21-41.

(4) ANDRADE, Mário de. Biblioteconomia. In: FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992, p.128-129.

(5) PARRA, Nélío. O questionável papel das faculdades de educação. In: UNIVERSIDADE, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 127-135.

(6) D'AZEVEDO, Martha A. Relações públicas para bibliotecas. **R. Bibliotecon. & Comunic.**, Porto Alegre, v. 5, p. 112-119 jan./dez/ 1990.

(7) FERREIRA, Carnúnda N. C. et al. **1954-1979: jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação: temários, autores, trabalhos apresentados, recomendações**. Curitiba, 1979. 1. v.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 1979. Sessões plenárias: recomendações aprovadas. **Anais....** Curitiba: ABPR, 1980. v. 3, p. 1668-1678.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. Relatório final (Carta da Paraíba). **Anais....** João Pessoa: APBPB, 1982. v. 2, P_ 297-303.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 15. Rio de Janeiro, 1989. Relatório final. **Anais....** s.n.t. l.v.

(8) DIAS, Antonio C. **O ensino da biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro: IPASE. Serviço de Publicidade, 1955. 32 p.

(9) BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 2741/74, de 05.09.74. Validação nacional para as habilitações de Técnico em Biblioteca e Técnico em Serviço de Relações Públicas. **Documenta**, Brasília, n. 166, p. 46-49, 1974.

(10) BRASIL. Conselho Regional de Biblioteconomia - 8. Região (São Paulo) – Parecer sobre o registro de pós-graduados. **R. Bras. Bibliotecon. Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 4/6, out./dez., p. 169-175, 1977.

A FEBAB e seu pronunciamento sobre o registro de pós-graduados nos CRBs. **R. Bras. Bibliotecon. Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 4/6, out./dez., p. 176-177, 1977.

COGGIOLA, Osvaldo. O assassinato de Trotsky: verdade e lenda. In: **Questões de história contemporânea**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p.69-77.

TRAGTEMBERG, Maurício. Fim do socialismo ou crise do Estado burocrático? **Plural**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 28-36, jul. dez. 1991.